



Cópia:

Do acórdão proferido nos autos de Recurso de Amparo Constitucional n.º 15/2020, em que é recorrente **Nery de Jesus Cruz Fernandes** e entidade recorrida o **Supremo Tribunal de Justiça**.

TRIBUNAL CONSTITUCIONAL

ACÓRDÃO N.º 24/2020

I - Relatório

1. **Nery de Jesus Cruz Fernandes**, com os demais sinais de identificação nos autos, não se conformando com o Acórdão n.º 15/2020, de 29 de maio de 2020, que indeferiu o seu pedido de *Habeas Corpus* n.º 29/2019, vem, ao abrigo do artigo 20.º, n.º 1, alíneas a) e b), e n.º 2 da Constituição da República de Cabo Verde, conjugados com os artigos 2.º, 3.º, 4.º, 5.º, 8.º, 11.º e 14.º, al. b) da Lei 109/IV/94 de 24 de outubro, interpor o presente recurso de amparo alegando, em síntese, que:

- 1.1. Foi detido no dia 25 de dezembro de 2018 e, na sequência do primeiro interrogatório judicial, foi-lhe decretada como medida de coação pessoal a prisão preventiva.
- 1.2. No dia 07 de fevereiro de 2020 foi julgado, mas a sentença que o condenou na pena de 2 anos de prisão pela prática de um crime de detenção ilegal de arma foi lida no dia 21 de fevereiro de 2020.
- 1.3. Nem o recorrente nem o seu defensor foram notificados pessoal e formalmente da referida sentença, o que contraria o disposto no n.º 2 do artigo 142.º do Código de Processo Penal e o impediu de exercer o seu direito ao contraditório consagrado nos n.ºs 6 e 7 da Constituição da República de Cabo Verde.
- 1.4. O Tribunal da Comarca de Santa Catarina não pode invocar o disposto no n.º 4 do artigo 401.º do Código Processo Penal para considerar que o recorrente e o seu mandatário deveriam considerar-se notificados desde a leitura da sentença.

- 1.5. Postula o artigo 142.º, n.º 2 do CPP o seguinte" *'Ressalva-se a notificação da acusação, do despacho de pronúncia ou não pronuncia, ou despachos materialmente equivalentes, do despacho que designa dia de julgamento, da sentença, bem como de despacho relativo à aplicação de medida de coação pessoal ou de garantia ou à dedução de pedido de indemnização civil, a qual deverá ser feita pessoalmente e igualmente ao mandatário'*
- 1.6. *Prescreve o artigo 151.º, h) da CPP que "Constituem nulidade insanáveis e devem ser oficiosamente declaradas em qualquer fase do procedimento, além das que como tal forem cominadas noutras disposições relativos a: (Notificação da acusação, do despacho de pronuncia ou despacho materialmente equivalente).*
- 1.7. Para o recorrente a omissão da notificação regulada nos termos do artigo 142.º, n.º 2, do CPP constitui uma violação do direito ao recurso, constitucionalmente consagrado no artigo 35.º, n.ºs 1, 6 e 7 da CRCV.
- 1.8. Não tendo sido pessoal e formalmente notificado da sentença que o condenou, nem de qualquer despacho que tenha declarado o processo de especial complexidade, o que determinaria, conforme o disposto no n.º 1, alínea c) do artigo 279.º, a prorrogação do prazo de prisão preventiva, e volvidos mais de 17 meses sobre a data em que foi decretada a prisão preventiva, considerou que se encontrava extinta a prisão preventiva, já que a decisão condenatória não transitou em julgado.
- 1.9. Por entender que se encontrava em prisão preventiva além do prazo permitido por lei, requereu *habeas corpus*, entretanto, indeferido pelo Acórdão n.º 15/2020, de 29 de maio de 2020 do Venerando Supremo Tribunal de Justiça, com base, designadamente, no facto de ter considerado que o recorrente já se encontrava em cumprimento de pena.
- 1.10. Segundo o recorrente, *“o STJ cingiu pelo caminho mais fácil e infeliz, “Interpretação literal do disposto no artigo 401, n.º 4 do CPP, colocando em crise o preceituado nos termos do artigo 142, n.º 2 do CPP.”*

1.11. Por considerar que nem ele recorrente nem o seu mandatário foram pessoal e formalmente notificados da sentença do Tribunal Judicial da Comarca de Santa Catarina, este violou *de forma flagrante e violenta o direito à liberdade, ao contraditório e ampla defesa, direito ao recurso, presunção de inocência, nos termos do artigo 22^o, 30 n.º 1, 35^o n.º 1, 6 e 7 todos da CRCV, conjugado com artigos 1^o nº 1, 5^o e 142 nº 1 e 2, todos do Código Processo Penal.*

1.12. Requereu como medida provisória a sua imediata restituição à liberdade.

1.13. Termina o seu arrazoado, formulando os seguintes pedidos:

Decidir sobre violação de direito liberdade e garantias, concretamente direito de acesso à justiça direito de liberdade, contraditório e ampla defesa, direito do recurso e presunção de inocência, art. 2, nº 1, 30 n.º 1, 35 nº 1, 6, 7 todos da CRCV, conjugado com artigo, 1^o nº 1, 5, 142 nº I e 2, todos do Código Processo Penal, e consequentemente restabelecer os direitos, liberdades e garantias fundamentais violados;

E consequentemente, revogado o Acórdão 15 / 2020, do Supremo Tribunal de Justiça, com as legais consequências.

2. Cumprindo o estabelecido no artigo 12.º da Lei do Amparo, foram os autos com vista ao Ministério Público para emitir o parecer sobre a admissibilidade do recurso. Sua Excelência o Senhor Procurador-Geral da República emitiu o douto parecer constante de fls. 11 a 15 dos presentes autos, tendo formulado a seguinte conclusão:

“Do exposto, somos de parecer que o presente recurso de amparo constitucional, por falta de objeto, não preenche condições para a sua admissibilidade e, consequentemente, deve ser rejeitado.”

3. É, pois, chegado o momento de apreciar e decidir da admissibilidade do recurso nos termos do artigo 13.º da Lei n.º 109/IV/94, de 24 de outubro (doravante Lei do Amparo).

II – Fundamentação

1. Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º da Constituição da República de Cabo Verde, sob a epígrafe tutela dos direitos, liberdades e garantias:

“A todos os indivíduos é reconhecido o direito de requerer ao Tribunal Constitucional, através de recurso de amparo, a tutela dos seus direitos, liberdades e garantias fundamentais, constitucionalmente reconhecidos, nos termos da lei e com observância do disposto nas alíneas seguintes:

a) O recurso de amparo pode ser interposto contra actos ou omissões dos poderes públicos lesivos dos direitos, liberdades e garantias fundamentais, depois de esgotadas todas as vias de recurso ordinário;

b) O recurso de amparo pode ser requerido em simples petição, tem carácter urgente e o seu processamento deve ser baseado no princípio da sumariedade.”

2. Tratando-se de um recurso de amparo contra uma decisão do Supremo Tribunal de Justiça, importa verificar se existe alguma razão que possa impedir a sua admissão, atento o disposto no artigo 16.º da Lei do Amparo.

O recurso de amparo não é admitido quando:

a) Tenha sido interposto fora do prazo;

De acordo com o disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 16.º da Lei do Amparo, o recurso não será admitido quando tenha sido interposto fora do prazo; e, nos termos do n.º 1 do artigo 5º da Lei do Amparo, *o recurso de amparo é interposto no prazo de vinte dias contados da data da notificação da decisão, sempre que a questão seja suscitada em processo que corre termos nos tribunais.*

Tendo a decisão impugnada sido proferida em 29 de maio de 2020 e notificada ao recorrente na mesma data, o presente recurso de amparo, apresentado na Secretaria do Tribunal Constitucional a 18 de junho de 2020, mostra-se tempestivamente interposto, tendo em conta o estabelecido no n.º 1 do artigo 5.º da Lei do Amparo, conjugado com o disposto no n.º 2 do artigo 137.º do CPC, aplicável com as necessárias adaptações *ex vi* do artigo 1.º da Lei do Amparo.

b) A petição não obedeça aos requisitos estabelecidos nos artigos 7.º e 8.º ;

O presente recurso de amparo foi interposto por meio de um requerimento apresentado na Secretaria do Tribunal Constitucional, tendo sido identificado expressamente pelo recorrente como amparo constitucional, pelo que se dá por verificado o requisito previsto no artigo 7.º da Lei do Amparo.

Conforme o artigo 8.º da Lei do amparo, o recorrente deve:

a) Identificar a entidade, o funcionário ou agente autor do acto ou da omissão referidos no nº 1 do artigo 2.º e artigo 3º, bem como os interessados a quem o provimento do recurso possa diretamente beneficiar ou prejudicar, havendo-os;

b) Indicar com precisão o acto, facto ou a omissão que, na opinião do recorrente, violou os seus direitos, liberdades ou garantias fundamentais;

c) Indicar com clareza os direitos, liberdades e garantias fundamentais que julga terem sido violados, com a expressa menção das normas ou princípios jurídico-constitucionais que entende terem sido violados;

d) Expor resumidamente as razões de facto que fundamentam a petição;

e) Formular conclusões, nas quais resumirá, por artigos, os fundamentos de facto e de direito que justificam a petição.

2. A petição terminará com o pedido de amparo constitucional no qual se identificará o amparo que o recorrente entende dever ser-lhe concedido para preservar ou restabelecer os direitos ou garantias fundamentais violados.

Compulsados os autos, verifica-se que o recorrente indica o Acórdão n.º 15/2020, de 29 de maio de 2020, que indeferiu o pedido de *Habeas Corpus* n.º 29/2019, proferido pelo Egrégio Supremo Tribunal de Justiça, como ato que violou os seus direitos, liberdades e garantias, embora grande parte das alegações onde expressa a sua inconformação se tenha dirigido ao Tribunal da Comarca de Santa Catarina.

Se é certo que o impetrante não teve dificuldades em indicar o acórdão recorrido como ato que violou os direitos fundamentais cujo amparo pretende obter através do presente

recurso, não é menos verdade que a forma pouco precisa como se encontra redigida a petição, especialmente a sua fundamentação, suscita alguma dúvida quanto às condutas impugnadas.

Se da exposição das razões de facto e de direito que fundamentam a petição se pode concluir que ele impugna a interpretação dada ao disposto no n.º 4 do artigo 410.º do CPP pelo Tribunal da Comarca de Santa Catarina, mas também pelo Supremo Tribunal de Justiça, já não é suficientemente clara a sua pretensão, quando, nas conclusões vertidas para as alíneas g) e h), afirma que “ *o prazo da interposição de recurso para o exercício do direito do contraditório conta-se a partir da data da notificação pessoal da sentença e não com a data da leitura da sentença*; “ *Se nem o arguido e nem o mandatário tomou conhecimento pessoal da sentença e dos seus fundamentos que nortearam a decisão do Tribunal, como é que pode correr o prazo para o recurso ordinário e entender que processo encontra-se transitado em julgado?*”

Em relação ao Acórdão n.º 15/2020, de 29 de maio de 2020 do Venerando Supremo Tribunal de Justiça, limita-se a afirmar que o indeferimento do seu pedido de habeas corpus se baseou no facto desse alto Tribunal ter considerado que o recorrente já se encontrava em cumprimento de pena e que “*o STJ cingiu pelo caminho mais fácil e infeliz, “Interpretação literal do disposto no artigo 401, n.º 4 do CPP, colocando em crise o preceituado nos termos do artigo 142, n.º 2 do CPP.”*

Considerando que o Tribunal Constitucional só pode escrutinar uma conduta concreta que tenha sido empreendida pelo órgão recorrido, neste caso, através da decisão que indeferiu o pedido de *Habeas Corpus*, não fica claro como é que o Supremo Tribunal de Justiça com a interpretação que lançou aos normativos que regulam essa providência extraordinária de proteção da liberdade sobre o corpo terá violado os direitos, liberdades e garantias do recorrente.

Pelo que se deve conceder-lhe a possibilidade de corrigir a fundamentação do recurso de amparo em exame, tendo em conta o disposto no n.º 2 do artigo 16.º da Lei do Amparo que não permite que seja rejeitado um recurso sem que antes se conceda ao recorrente a oportunidade de aperfeiçoar a sua petição, neste caso, para esclarecer os aspetos suprarreferidos.

III - Decisão

Nestes termos, os Juízes Conselheiros do Tribunal Constitucional, reunidos em Plenário, decidem ordenar que seja notificado o recorrente para, querendo e, no prazo de dois dias, sob pena de rejeição do recurso:

- a) Indicar, com precisão, as condutas que entende impugnar;
- b) Esclarecer em que medida a interpretação dos normativos que regulam a providência extraordinária de proteção da liberdade sobre o corpo feita pelo Supremo Tribunal de Justiça terá violado os seus direitos, liberdades e garantias.

Registe e notifique.

Praia, 17 de julho de 2020

João Pinto Semedo (Relator)

Aristides R. Lima

José Pina Delgado

ESTÁ CONFORME

Secretaria Judicial do Tribunal Constitucional, aos 23 de julho de 2020.

O Secretário

João Borges